

Emenda dificulta instalação dos 3 novos estados

BRASÍLIA — Um dia depois de criar os estados de Tocantins, Roraima e Amapá, a Comissão de Sistematização aprovou uma emenda capaz de inviabilizá-los, apresentada pelo deputado José Serra (PMDB-SP). Acatada por 50 votos a 39, a emenda proíbe a União de assumir encargos financeiros decorrentes da criação de novos estados. O deputado Siqueira Campos (PDC-GO), que se bateu durante quatro anos pela criação de Tocantins, acusou Serra de "repetir o preconceito de que o Brasil tem seus limites no estado de São Paulo".

Serra argumentou que sua emenda tentava proteger os cofres da União, "já bastante afetados pelas mudanças do sistema tributário". Ele disse que não tinha intenção de prejudicar os estados que estão sendo criados, mas é o que poderá acontecer na prática. "É vedado à União, direta ou indiretamente, assumir encargos em decorrência da criação de estado, referentes a despesas com pessoal inativo e com encargos e amortização de dívida interna ou externa de administração pública, inclusive da indireta" — diz o texto da emenda.

— Não há estado algum no Brasil hoje que não dependa de verbas da União, e a transformação de Amapá em estado, em vez de acarretar ônus, vai tirar um peso dos ombros da União dentro de pouco tempo — argumenta a deputada Raquel Capiberibe (PMDB-AP). — Pode até ser que a União tenha que nos sustentar durante 10 anos, como acontece com os últimos estados criados, mas depois encontraremos a auto-sustentação.

O secretário-geral adjunto do Ministério do Interior, Paulo Dante, embora considere cedo para se pensar sobre a transformação dos territórios em estados, já que a decisão ainda não é definitiva, acredita que a mudança não trará grandes despesas para a União. "Hoje, somente o ministério do Interior atua nos territórios, e caso sejam transformados em estados passarão a receber programa e infra-estrutura de todos os ministérios", explica. Além disso, ele lembra que a mudança poderá reduzir a vulnerabilidade dos territórios, que hoje não têm delimitação em quilômetros e quilômetros de fronteiras.

Bresser diz que negociação da dívida não muda

O ministro da Fazenda, Bresser Pereira, disse que a aprovação de quatro anos de mandato para o presidente Sarney não deverá adiar a negociação da dívida externa. "De minha parte não muda, e espero que da parte dos credores também não". Segundo ele, o problema da dívida é de curto prazo, e o governo, mesmo com o mandato presidencial reduzido, tem muito tempo pela frente. Bresser afirmou ainda que não haverá alterações na política econômica.

De acordo com fontes do governo, o acordo do Brasil com os credores, que compreende os juros de 87 a 89, e que começará a ser esboçado já este mês, terá de ser fechado independente do tamanho do mandato presidencial, já que é uma situação emergencial e tanto o governo brasileiro como os credores sabem que o país só terá condições de voltar a pagar os juros a partir de 88, caso receba dinheiro novo dos bancos.

Preocupação — Na área econômica, muito mais que o tamanho do mandato de Sarney preocupa o compromisso assumido pelo país de recomendar o pagamento dos juros a 1º de janeiro do próximo ano. Isso porque, como o governo está considerando muito difícil o Brasil fechar até 15 de janeiro o acordo global de refinanciamento dos juros até 89, certamente precisará fazer algum acordo para protelar o pagamento por um período.

O subcomitê de economia do comitê dos bancos credores chega amanhã para levantar dados sobre a economia brasileira e discutir com os técnicos do ministério da Fazenda e do Banco Central as metas da necessidade de financiamento do país para os próximos anos, previstas pelo plano macro. Na última reunião do subcomitê com os técnicos brasileiros, houve divergência em relação a esses números. Pelo telex enviado pelo comitê dos bancos credores, na semana passada, à comunidade financeira internacional, ficou claro que o comitê fará apenas um levantamento dos dados da economia brasileira, mas terá também poderes para revisá-los.

A missão do Fundo Monetário Internacional chega no próximo dia 23. O governo brasileiro já anunciou sua disposição de fazer ajustes na economia, principalmente na área de inflação, déficit público e política monetária, demonstrando assim o firme propósito de voltar a fazer um acordo com o FMI.



Covas (E) e Richa comemoraram a vitória de anteontem

'Bom Dia' quase acaba em briga

Prisco provoca e Richa ameaça "contar tudo"

Bob Fernandes

BRASÍLIA — O senador José Richa (PMDB-PR) sentiu "o sangue subir à cabeça" e quase interrompe o programa *Bom Dia, Brasil* para "desmascarar" o ministro da Habitação e Urbanismo, Prisco Viana, e o presidente Sarney. Os ânimos estiveram tão exaltados que o apresentador Carlos Monforte teve que entrevistar os dois separadamente para que o programa pudesse ir ao ar.

Eram seis e vinte da manhã, na sala dos convidados do programa, e Richa conversava com Monforte quando chegou o ministro Prisco Viana. Mal cumprimentou o senador, sentou-se ao lado do apresentador, e, enquanto Richa permanecia em silêncio, soltou a primeira farsa: "O grande senador aí tá no dia dele. Essas lideranças novas, temos que prestigiá-las, elas vão conduzir o Brasil..."

— Mas, como é que o Sarney reagiu? — tentou consertar Monforte, aguardando a hora do programa ir ao ar. "Ele está com a consciência tranqüila, ele nunca mudou de opinião, não tem ressentimento algum", respondeu Prisco, novamente provocando Richa, que até há um mês empenhava-se em negociar o parlamentarismo com Sarney e cinco ou até mesmo seis anos de mandato. A caminho do estúdio, outra vez Prisco falou das "lideranças novas". Richa pela primeira vez respondeu, tentando conter a ira.

— Que é isso... Se o país vai depender da nossa liderança... — interrompido por Prisco, o senador começou a aumentar o tom: —

Briga aborta ida ao Palácio

BRASÍLIA — Os senadores Mário Covas (SP) e José Richa (PR), dois dos mais expressivos líderes do PMDB na Constituinte, já haviam decidido ir ao Palácio do Planalto para dizer formalmente ao presidente Sarney que o partido apóia seu governo e está disposto a dar o respaldo político necessário às medidas administrativas, em especial na área econômica. Tal articulação, contudo, foi abortada depois da ríspida discussão entre Richa e o ministro da Habitação e Urbanismo, Prisco Viana, um dos mais íntimos colaboradores de Sarney.

— Agora, não tem mais ida nenhuma a Palácio. Enquanto Sarney estiver cercado por esse tipo de gente, não há conversa possível — radicalizou Richa à tarde no Congresso, confirmando que havia acertado com Covas, numa reunião domingo à tarde, horas depois da votação dos quatro anos de mandato para Sarney, uma manifestação formal de apoio ao governo, à transição política e à postura do presidente de acatar sem traumas a decisão da Comissão de Sistematização quanto ao mandato.

O deputado Antônio Mariz (PB), que participou de parte da reunião em que Covas e Richa acertaram a ida ao Palácio para apoiar Sarney, a articulação poderia ter evoluído para uma ida em massa de pemedebistas, "mas foi abandonada por causa da discussão entre Richa e Prisco".

Olha, o que nós estamos querendo é exatamente mudar lideranças e pensamentos retrogradados como os de vocês.

Futebol — Prisco rebateu, ameaçando tornar inviável o *Bom-Dia, Brasil*:

— Você não me conhece direito, por isso está dizendo isto.

O apresentador, no meio dos dois convidados, resolveu a situação chamando Richa para o início do programa. Já no ar, respondendo a uma pergunta sobre o parlamentarismo, Richa usou um exemplo: "O parlamentarismo é uma forma de se mudar tudo, até a maneira de se dirigir times de futebol". Prisco, assistindo de dentro do estúdio, ironizou em voz baixa:

— Ele pensa que o parlamentarismo vai mudar o mundo, até os times de futebol. Quem muda é ele, que muda de idéia sempre.

Minutos depois, a situação inverteu-se com Richa assistindo e Prisco ao vivo. Falando sobre a possibilidade de se reverter os quatro anos em plenário, Prisco disparou:

— É meio complicado. O senador Richa, por exemplo, fez apologia dos cinco e votou nos quatro.

Disse em seguida o ministro que Sarney rejeitara uma fórmula que lhe daria seis anos com parlamentarismo gradual por ser "uma coisa de fisiológicos". Foi sobre esse instante que Richa comentou, depois: "Deu vontade de interromper o programa. O sangue subiu à cabeça e eu pensei: Vou desmoralizar ele, o presidente, vou contar tudo que aconteceu e como aconteceu".

Richa contou que disse depois do programa a Prisco: "Nas negociações, de que você, Prisco, participou e sabe, o Sarney topou os seis anos. Só que impôs uma condição que ninguém aceitaria, muito menos eu que negociava sem ter nada a ganhar, salvo o desgaste de tentar defender uma saída para esse governo".

Um quarto participante da reunião de domingo, o deputado Antônio Brito (RS), explicou a intenção da liderança do partido:

— A aprovação dos quatro anos não foi um ataque pessoal contra o presidente. Ao contrário, nos impõe o dever de continuar investindo na negociação com ele para um término sem sobressaltos da transição. O país enfrenta uma crise grave que exige medidas igualmente graves e o presidente pode contar com o respaldo político do PMDB.

A frase de Brito já foi adequada às novas circunstâncias criadas pelo atrito Prisco-Richa e o deputado gaúcho acrescentou: "Esse apoio é um consenso no partido e independe de manifestações formais em palácio."

Parlamentares do PMDB foram ainda mais longe: a intenção de Covas e Richa, ao articularem a formalização do apoio a Sarney, era evitar que o presidente, depois da decisão da Sistematização pelos quatro anos, ficasse à mercê de conservadores encastelados nos ministérios, de empresários insatisfeitos com os rumos da Constituinte, fazendeiros da UDR e "outras forças reacionárias" que podem prender, na sua ávaliação, instigar o presidente contra a Constituinte e os partidos políticos.

Empresário propõe renúncia de Sarney e da Constituinte

SÃO PAULO — O vice-presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Nildo Masini, propôs a renúncia imediata do presidente José Sarney e a suspensão dos trabalhos da Constituinte, e a convocação, no menor prazo possível, de eleições gerais tanto para a Presidência como para novos constituintes. Ele fez questão de ressaltar que não falava em nome da Fiesp, mas declarou que esse é o pensamento que tem encontrado entre vários empresários com os quais tem conversado.

Para Masini, "a situação política e econômica do país está descontrolada" e os constituintes estão definindo regras "nesse clima de pressão das circunstâncias. Entre as medidas "casuísticas" que estão sendo aprovadas, citou a estabilidade no emprego, que tem sido insistentemente criticada pelos empresários.

Outros temas freqüentemente atacados são a semana de trabalho de 40 horas, a definição de empresa nacional e, desde a semana passada, a proposta de excluir da distribuição de produtos derivados de petróleo as empresas multinacionais, como a Shell e a Esso. Com a suspensão dos trabalhos constituintes, segundo Masini, todas essas definições preliminares seriam anuladas.

"Não é um golpe", afirmou Masini ad tentar justificar sua posição de suspensão dos trabalhos da Constituinte. Segundo ele, "é a própria população que está reclamando do desempenho dos constituintes, e além de tudo a maioria deles foi eleita em cima de um engodo (o Plano Cruzado)". Masini defendeu que a próxima Constituição seja elaborada por deputados "eleitos em novas eleições, mais legítimos que os atuais".

Outros empresários ouvidos ontem na própria Fiesp evitaram comentar a posição de Masini. O 1º vice-presidente da entidade, Carlos Eduardo Moreira Ferreira, disse que Masini sequer participou da reunião de ontem da Diretoria Executiva da Fiesp, pois "chegou atrasado".

O presidente da Fiesp, Mário Amato, afirmou que a necessidade premente dos empresários, no momento, é que a Constituinte decida o mais rápido possível as novas regras, para poderem voltar a investir. Com essa declaração, indiretamente ele condenou a iniciativa de Masini. Sobre a hipótese de renúncia de Sarney, Amato afirmou que o tempo de mandato do presidente da República "não é assunto que diga respeito aos empresários".

Ensaio — Masini é um dos 20 vice-presidentes da Fiesp e presidente do Sindicato da Indústria de Laminado e Trefilação de Materiais Ferrosos de São Paulo, além de presidente da empresa Ipiranga Aços Especiais. É um dos articuladores do Movimento Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE), que tem se mostrado bastante ativo nos últimos meses, mobilizando pequenos empresários contra a política econômica do governo.

Embora ele próprio tenha advertido que não falava em nome da Fiesp, entidade na qual inclusive seu nome é pronunciado com certas reservas devido a sua atuação no PNBE, e o presidente e o 1º vice da Fiesp não tenham endossado sua posição, não se descartam a possibilidade de estar soltando um bafão de ensaio. De qualquer forma, é uma postura absolutamente inovadora, já que os pedidos de eleições gerais defendidos por várias lideranças partidárias são para após a conclusão dos trabalhos da Constituinte, e não agora.

O empresário Paulo Francini, também vice-presidente da Fiesp e que desempenhou o papel de auxiliar do ex-ministro Dilson Fumero, da Fazenda, nos seus contatos com a classe empresarial, condenou mais explicitamente a atitude de Masini: "Dar opiniões é livre e elas vão desde a mais sensatas até as mais loucas."